

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL  
DO DISTRITO FEDERAL**

**PERÍODO 2009-2011  
(NONA REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97**

**RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 68/99**

**CONTRATO Nº 003/99 STN/COAFI, DE 29/07/99  
ENTRE A UNIÃO E O DISTRITO FEDERAL**

**BRASÍLIA-DF, 16 DE junho DE 2009**

# **PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL**

## **APRESENTAÇÃO**

1. Este documento apresenta a nona revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Distrito Federal (DF), parte integrante do Contrato de Confissão nº 003/99 STN/COAFI (Contrato), de 29 de julho de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 68/99. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima-quinta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2009 a 2011.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Distrito Federal; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Distrito Federal; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Distrito Federal em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
  - Anexo I – Planilha Gerencial;
  - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
  - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
  - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
  - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação e Montantes Totais;
  - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Distrito Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
  - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Distrito Federal.





## 1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO DISTRITO FEDERAL

4. O Governo do Distrito Federal, no segundo ano de gestão, promoveu ações significativas de contenção de despesas por meio de vários Decretos<sup>1</sup>, dando continuidade à superação dos desafios iniciada no primeiro ano. As medidas de contenção de gastos, previstas nos Decretos, estabeleciam a redução de despesas com pessoal, com a máquina administrativa e proibição de novos compromissos financeiros no orçamento local. Foram definidas cotas para combustível de veículos oficiais, limites de gastos com telefonia celular, meta de economia de 10% do consumo de energia elétrica, proibição de novos contratos e ampliação do número de postos de vigilância, limpeza e conservação, extinção da indenização de transportes a servidores em deslocamento eventual, regras mais rígidas para licença de estudos, unificação da perícia médica para autorização de licenças de servidores em tratamento de saúde, controle de frequência mais rigoroso, vedações para nomeações, concessão de horas extras, realização de concursos públicos e reajustes salariais.
5. Em dois anos de governo, os gastos com outras despesas correntes apresentaram baixo crescimento real, com variação negativa de 9,74% no primeiro ano e crescimento de 5,47% no segundo ano. Os processos de compras, que abrangem os procedimentos licitatórios de diversas modalidades e os de dispensa e inexigibilidade de licitação para contratação de fornecimentos e serviços no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, foram estimados no ano de 2008 em R\$ 2,9 bilhões e após a realização dos procedimentos de compras foram apurados R\$ 1,4 bilhão, resultando em uma redução de 51% sobre o valor inicialmente estimado, o que proporcionou economia de R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos.
6. Além da retenção dos custos com a máquina administrativa, o foco principal, entretanto, concentrou-se na contenção do aumento das despesas com pessoal decorrentes de reajustes salariais. A evolução maior tem refletido no transbordo de gastos nas áreas de saúde, segurança e educação mantidos pelo Fundo Constitucional do DF, para o tesouro local. Até 2007, os cofres distritais arcavam com R\$ 1,5 bilhão em salários dessas três áreas, já em 2008, por conta das melhorias salariais, esse custo pulou para R\$ 2,4 bilhões.
7. As despesas de pessoal mantiveram-se, no triênio, inferiores ao limite de 60% da Receita Corrente Líquida prevista no Programa, apresentando-se em 51,90% no ano de 2008, contra 47,72% em 2007 e 49,67% em 2006.
8. O GDF, em 2008, investiu R\$ 1 bilhão em obras de infra-estrutura básica, urbanização, transporte seguro para a população, saneamento básico de água e esgoto em diversas localidades, construções de unidades de saúde, escolas, postos de segurança pública, bem como implantação de asfalto, meios-fios, enfim, urbanização principalmente, nas áreas mais carentes do Distrito Federal, aumentando sobremaneira os gastos nesta categoria, haja vista que nos anos de 2006 e 2007 estes gastos se mantiveram em R\$ 679 milhões e R\$ 669 milhões, respectivamente. Deste total, as despesas efetuadas com recursos contratados por operações de crédito apresentaram o montante de R\$ 144,7 milhões, contra R\$ 23 milhões do ano de 2007.

<sup>1</sup> Decreto nº 29.015, dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação nos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF; Decreto nº 29.016 – proíbe a concessão de Indenização de Transporte; Decreto nº 29.017 – dispõe sobre o afastamento para estudo de servidor e empregado da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do DF; Decreto nº 29.018 – dispõe sobre o horário de funcionamento dos órgãos; Decreto nº 29.019 – estabelece medidas com vistas à contenção de despesas de pessoal no exercício de 2008; Decreto nº 29.020 – estabelece limites de padrão de gastos e procedimentos para redução das despesas operacionais dos órgãos; e Decreto nº 29.021 – cria a Coordenadoria de Acompanhamento de Procedimentos Médico-Periciais e de Saúde Ocupacional, todos do dia 02/05/09.



9. Ao final de 2008, o estoque da Dívida Consolidada do Distrito Federal apresentou-se em R\$ 2 bilhões, montante 18,12% maior que a do final de 2006 e 21,40% maior que a do final de 2007, em razão do cômputo dos valores da Administração Indireta, da elevação do IGP-DI no decorrer do ano e da apreciação da moeda americana. Este estoque representou uma relação Dívida/Receita Líquida Real - RLR anual de 0,22, muito aquém do limite máximo projetado no Programa, devido à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF, bem como pela não realização das contratações programadas de operações de créditos.
10. O Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal filia servidores titulares de cargos efetivos ativos, inativos e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo do DF, com gestão a cargo do Instituto de Previdência dos Servidores-IPREV/DF, desde junho de 2008, sob duas modalidades de planos previdenciários adotados: uma pelo regime de repartição simples (Fundo Financeiro) para os servidores efetivos admitidos até 31/12/06 e a outra pelo regime de capitalização (Fundo Previdenciário) segurando os servidores admitidos a partir de 01/01/07. Durante o exercício de 2008, o IPREV/DF não constou da Lei Orçamentária, ficando sua execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil registrada na Secretaria de Estado da Fazenda em uma Unidade Gestora específica para o Fundo Previdenciário.
11. A receita bruta do Distrito Federal atingiu R\$ 10 bilhões ao final de 2008, 9,63% superior à do ano anterior (R\$ 8,2 bilhões), em termos reais com base no IGP-DI. Em 2007, este crescimento foi da ordem de 4,99% e em 2006 de 14,09%, sendo as receitas de arrecadação própria, durante o triênio, o item de maior representatividade.
12. As receitas de arrecadação própria do DF obtiveram crescimento real em torno de 7,77%, 3,87% e 12,37% nos anos de 2008, 2007 e 2006, respectivamente. A participação do ICMS, item de maior representatividade na receita tributária, apresentou acréscimo real de 3,17% em comparação com 2007, revertendo a retração de 0,70% apresentada naquele ano.
13. Dentre as receitas tributárias observam-se significativas elevações do IPTU, em termos reais de 10,16%, justificado pelo reajuste da pauta de valores imobiliários em percentual superior ao INPC/IBGE, índice adotado em anos anteriores como limitador do aumento do imposto. O IPVA também apresentou desempenho real favorável da ordem de 11,47% em relação a 2007, decorrente do aumento na frota de veículos. Assim como em 2007, após o ICMS, o IPVA foi o tributo que proporcionou mais recursos ao Tesouro do Distrito Federal - desconsiderando o IRRF pela metodologia do Programa.
14. A preocupação com a manutenção do equilíbrio fiscal, com o pagamento de juros e amortização da dívida, o monitoramento das receitas e despesas durante o exercício de 2008, decorrido das revisões realizadas na programação financeira<sup>2</sup> mediante ajuste das despesas dos órgãos do Poder Executivo à arrecadação efetivamente realizada, permitiram ao Governo distrital apresentar resultado primário positivo de R\$ 145 milhões, em conformidade com os critérios do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal<sup>3</sup>, equivalente a 1,44% da sua Receita Corrente Líquida.
15. Em 2008, o resultado primário superavitário do DF convalidou o esforço apresentado no ano de 2007, cujo resultado primário no valor de R\$ 556 milhões reverteu sobremaneira a trajetória de queda deste indicador que resultou no déficit de R\$ 58 milhões ao final de 2006.

---

<sup>2</sup> Alterações na programação financeira do Distrito Federal consignadas nos Decretos nºs 28.891, 29.274 e 29.695.

<sup>3</sup> De acordo com a metodologia de apuração da Lei de Responsabilidade Fiscal, o GDF apresentou um resultado primário de R\$ 273 milhões, refletindo no cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

16. Dando continuidade ao processo de ajustamento fiscal do DF, o atual governo propõe uma revisão do Programa para o triênio 2009-2011 com base nas novas projeções de receitas, despesas e operações de créditos constantes dos apêndices estatísticos (Anexos I a V). Essas projeções refletem o programa de ações do atual governo e tem como princípio fundamental a consecução da sustentabilidade financeira do DF. O Programa proposto guarda consonância com os atuais instrumentos de planejamento e controle orçamentário-financeiro do DF: Programação Financeira para o ano, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), e o Plano Plurianual (PPA).



## **2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA**

17. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Distrito Federal com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Distrito Federal em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Distrito Federal voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, possibilitar cobertura do serviço da dívida sem acúmulo de atrasos / deficiências.
18. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Distrito Federal são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país.
19. Nesse sentido, o Distrito Federal dará seqüência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento, bem como da observância dos objetivos específicos vinculados à inclusão de operações de crédito a contratar, definidos na seção 4.





### 3. METAS OU COMPROMISSOS

#### META 1 ⇒ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

20. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é a manutenção da dívida financeira total do Distrito Federal (D) em valor não superior ao de sua receita líquida real (RLR) anual, enquanto o Distrito Federal não liquidar o referido refinanciamento.
21. Os índices referentes à relação D / RLR são apresentados no Anexo IV da seguinte forma: o inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Distrito Federal, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2008; o superior considera também os valores correspondentes ao ingresso das receitas de operações de crédito a contratar referidas no Anexo V e os efeitos financeiros delas decorrentes. A consideração de operações de crédito a contratar no índice superior **não significa anuência prévia da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.

#### META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES		
2009	2010	2011
0	0	0

22. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Distrito Federal se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. E, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Distrito Federal se compromete a não gerar atrasos/deficiências em cada exercício do triênio.

#### META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO

23. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60% da receita corrente líquida (RCL), segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 52,87%, 50,62% e 51,50% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente.
24. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60% da RCL, o Distrito Federal buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.
25. Para efeito de cálculos desses indicadores, foram desconsideradas as previsões de despesas custeadas com o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

**RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES**

2009	2010	2011
8.155	9.094	9.930

26. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções distritais para as receitas discriminadas no TET.
27. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Distrito Federal deverá:
- Monitorar os contribuintes substitutos tributários do ICMS e do ISS;
  - Auditar o recolhimento dos impostos oriundos das operações de venda de produtos e da prestação de serviços a órgãos públicos;
  - Verificar o cumprimento das obrigações tributárias por estabelecimentos de ensino e cartórios.
  - Verificar a regularidade tributária das operações envolvendo combustíveis, energia elétrica e comunicação no Distrito Federal;
  - Auditar o recolhimento do ISS por contribuintes dos segmentos hotelaria, promoção de eventos e guarda/estacionamento de veículos, selecionados com base na análise de agrupamento e índices de dispersão;
  - Auditar o recolhimento do ICMS por contribuintes que utilizam equipamento emissor de cupom fiscal, em especial dos segmentos supermercados, lojas de departamento e material de construção;
  - Identificar e coibir o uso de equipamentos emissores de cupons fiscais não autorizados pela Secretaria de Estado de Fazenda;
  - Verificar o cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes enquadrados no regime Simples Nacional;
  - Monitorar e controlar a entrega e recepção do livro eletrônico dos contribuintes, visando à cobrança de valores declarados e não recolhidos, bem como de multas por omissão;
  - Implantar o sistema de cadastro sincronizado no Distrito Federal;
  - Realizar a cobrança administrativa de débitos tributários, inclusive os valores em Dívida Ativa não ajuizados;
  - Atualizar o cadastro imobiliário no que se refere à área construída e natureza de ocupação dos imóveis não coletivos;
  - Implementar sistema eletrônico de transmissão da propriedade de imóveis interligando o cadastro imobiliário da Secretaria de Estado de Fazenda com os cartórios;
  - Priorizar a distribuição, análise e julgamento dos processos do contencioso administrativo fiscal acima de R\$ 50 mil, bem como aqueles mais antigos, com o propósito de evitar a prescrição da ação penal; e





- o. Realizar vistorias em imóveis, bem como auditorias em entidades de educação, de assistência social e outras com o propósito de atestar o atendimento aos requisitos para a fruição de benefícios tributários.

#### **META 5 ⇒ REFORMA DO DISTRITO FEDERAL, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

---

28. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:

- a. Limitar, em cada exercício do triênio, as outras despesas correntes ao percentual da RLR realizado em 2008, de 37,24%, conforme o Anexo I;
- b. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
- c. Manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria de Estado da Fazenda;
- d. Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis – SISTN, na Caixa Econômica Federal, de acordo com os normativos vigentes; e
- e. Encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas.

#### **META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS**

---

DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %		
2009	2010	2011
18,92	18,34	18,36

29. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos e inversões aos percentuais da RLR indicados acima.
30. Em caso de uma eventual frustração das fontes de financiamento, o Distrito Federal buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.



#### **4. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS**

31. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Distrito Federal manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
  - a. missões técnicas da STN; e
  - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
32. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano o Distrito Federal encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas.
33. No segundo exercício do Programa em vigor, o Distrito Federal poderá manifestar interesse em não revisá-lo. Caso contrário, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2010-2012, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
34. No último exercício do Programa em vigor, o Distrito Federal deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2011-2013. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Distrito Federal. O Distrito Federal entende que a não revisão do Programa equivale ao descumprimento de seis metas, implicando o apenamento segundo os termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
35. O Distrito Federal entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula vigésima-sexta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
36. O Distrito Federal autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
37. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Distrito Federal subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Distrito Federal de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

Brasília-DF, 36 de junho de 2009.

  
**VALDIVINO JOSÉ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Estado da Fazenda

  
**JOSÉ ROBERTO ARRUDA**  
Governador do Distrito Federal